

Areia Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Areia Energia S.A. (“ARE”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ARE foi constituída em 25 de fevereiro de 2005, autorizada pela Aneel para estabelecer-se como produtora independente de energia (PIE), implantar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011. Optou por participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), compartilhando o risco hidrológico com as demais usinas participantes do MRE.

Em 8 de fevereiro de 2022 a Aneel, amparada pela Lei 14.120/2022, aprovou a Resolução Autorizativa n.º 11.131/2023, publicada no DOU de 23/02/2022, que estabeleceu nova vigência da autorização da PCH Areia até 25 de fevereiro de 2041.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Ações adotadas pelo Grupo Global que contribuem para a busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG – Environmental, Social and Governance**.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões relativas do Grupo.

Ações de sustentabilidade corporativa encontradas em empresas do Grupo:

E/A (ambiental) - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para garantir o consumo eficiente de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, buscando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;

- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

S (social) - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;
- atendimento às normas trabalhistas;
- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;
- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcDs (Pessoas com Deficiência).

G (governança) - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;
- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;

- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2022, a PCH Areia operou conforme os parâmetros contratuais estabelecidos, gerando e injetando no sistema elétrico 70.329 MWh (64.189 MWh, em 2021), superior em 9,57% em relação à geração de 2021, em razão da melhor distribuição temporal da energia natural afluenta e consequente melhor aproveitamento pela usina. Foi registrado disponibilidade da PCH de 99,25% (99,55%, em 2021).

Conforme prazos estabelecidos pela Resolução Normativa Aneel n. 696, de 15 de dezembro de 2015, em 2022 foi realizada a Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPS). O Plano de Segurança de Barragem da usina foi acompanhado pela empresa Geometrisa, que emitiu o Relatório de Inspeção Regular (ISR) e o Relatório de Auscultação Civil, estando a situação do empreendimento conforme os padrões normativos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2022, estão adequados.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2022, comparativamente ao de 2021, está influenciado por:

- Volume de geração da PCH;
- Desempenho do MRE; e
- Variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2022 (junho/2021 a maio/2022), que reajusta tarifas e serviços, inclusive o Preço de Venda da Energia.

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 33,8 milhões (R\$ 30,6 milhões em 2021), registrando acréscimo de 10,5%, variação que decorre do volume de geração de energia e do reajuste anual da tarifa.

Custos e Despesas Operacionais: R\$ 7,1 milhões (R\$ 3,7 milhões em 2021). O valor significativamente mais baixo em 2021 decorreu do impacto financeiro não recorrente em razão do reconhecimento de ativo intangível referente ao GSF de 2013 e 2014, no valor de R\$ 4,2 milhões, calculado pela CCEE e homologado pela ANEEL a partir do direito estabelecido pelo Art. 18 da Lei 14.182/2021.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para a geração operacional de caixa, R\$ 29,7 milhões (R\$ 31,6 milhões em 2021), refletindo o aumento dos gastos desembolsados com custos e despesas operacionais, mais que proporcional ao aumento da ROL.

Lucro Operacional: R\$ 26,7 milhões (R\$ 26,9 milhões em 2021), registrando uma redução de 0,6%, refletindo principalmente o aumento dos custos operacionais, superando incremento da receita, pelo reajuste da tarifa e, sobretudo, à repactuação favorável não recorrente do risco hidrológico em 2021.

Resultado Líquido do Exercício: lucro de R\$ 25,8 milhões (R\$ 25,9 milhões de 2021), correspondente a uma margem de lucratividade líquida de 76,3% (84,6% em 2021), lucratividade líquida mantida praticamente a mesma, pelas razões indicadas acima.

Contas a Receber: R\$ 5,4 milhões (R\$ 3,7 milhões em 2021), apresentando uma variação positiva explicada, principalmente, pelo aumento do faturamento no último bimestre de 2022, em razão do reajuste anual das tarifas e fatura vencida em 30/12 liquidada somente em 2023.

Capital de Giro: Capital Circulante Líquido de R\$ 1,2 milhão (R\$ 1,1 milhão em 2021), evolução favorável de 0,1 milhão (4,0%).

Endividamento: a dívida financeira líquida (empréstimos e financiamentos) foi integralmente liquidada em 2021.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) totalizaram R\$ 0,2 milhão (R\$ 1,1 milhão em 2021), com variação desfavorável de 81,3%.

Remuneração aos Acionistas (dividendos efetivamente pagos em 2022) totalizando R\$ 31,5 milhões (R\$ 15,0 milhão, em 2021), incremento de 110,2%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como o cumprimento dos compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

Agradecimentos

A Administração agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação da Companhia pela confiança depositada ao longo do exercício social de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador, 08 de março de 2023.

Pedro Coelho de Souza Monteiro Magalhães
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Areia Energia S.A.

Dianópolis - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Areia Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Areia Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Salvador, 08 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC-BA 029520/O-7

Areia Energia S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota	2022	2021	Passivos	Nota	2022	2021
	explicativa				explicativa		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	199	1.066	Fornecedores	11	1.409	1.408
Contas a receber	5	5.434	3.726	Obrigações sociais e trabalhistas		209	173
Impostos a recuperar	6	1.117	1.001	Obrigações tributárias		61	12
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		119	900	Dividendos a pagar	12	4.665	6.734
Estoques		288	251	Total do passivo circulante		6.344	8.327
Outras contas a receber	10	351	2.502				
Total do ativo circulante		7.508	9.446	Não circulante			
Não circulante				Fornecedores	11	-	55
Impostos a recuperar	6	-	575	Total do passivo não circulante		-	55
Impostos diferidos		-	31				
Depósitos judiciais	13	224	224	Patrimônio líquido			
Outras contas a receber	10	-	200	Capital social	12	39.954	39.954
Imobilizado	8	52.553	55.242	Reservas de lucros		17.855	21.463
Intangível	9	3.868	4.081	Total do patrimônio líquido		57.809	61.417
Total do ativo não circulante		56.645	60.353				
Total dos ativos		64.153	69.799	Total dos passivos e do patrimônio líquido		64.153	69.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	14	33.815	30.613
Custos de operação e manutenção	15	<u>(5.299)</u>	<u>(2.668)</u>
Lucro bruto		<u>28.516</u>	<u>27.945</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(1.822)	(1.077)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	<u>4</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>26.698</u>	<u>26.868</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	405	300
Despesas financeiras	16	<u>(31)</u>	<u>(322)</u>
Total		<u>374</u>	<u>(22)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		<u>27.072</u>	<u>26.846</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	<u>(1.262)</u>	<u>(995)</u>
Total		<u>(1.262)</u>	<u>(995)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>25.810</u>	<u>25.851</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>0,646</u>	<u>0,647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	25.810	25.851
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>25.810</u>	<u>25.851</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

		Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		39.954	1.752	9.392	-	51.098
Dividendos adicionais de 2020 (R\$0,24 por lote de mil ações)	13	-	-	(9.392)	-	(9.392)
Lucro líquido do exercício	13	-	-	-	25.851	25.851
Destinação do lucro:						-
Constituição de reserva legal	13	-	1.293	-	(1.293)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,15 por lote de mil ações)	13	-	-	-	(6.140)	(6.140)
Destinação para reserva de retenção de lucros	13	-	-	18.418	(18.418)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		39.954	3.045	18.418	-	61.417
Lucro líquido do exercício		-	-	-	25.810	25.810
Destinação do lucro:						-
Constituição de reserva legal		-	1.291	-	(1.291)	-
Dividendos pagos (R\$0,74 por lote de mil ações)		-	-	(18.418)	(11.000)	(29.418)
Destinação para reserva de retenção de lucros		-	-	13.519	(13.519)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		39.954	4.336	13.519	-	57.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Areia Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		25.810	25.851
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8, 9 e 15	3.050	4.761
Repactuação do risco hidrológico	9	-	(4.152)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 17	-	134
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	12 e 17	-	186
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.708)	(872)
Estoques		(37)	8
Impostos a recuperar		3.230	1.721
Outras contas a receber		2.351	(1.532)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(54)	8
Obrigações tributárias		(1.910)	(1.531)
Obrigações sociais e trabalhistas		36	32
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>30.768</u>	<u>24.614</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	(332)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	(179)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>30.768</u>	<u>24.103</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(148)	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(148)</u>	<u>(24)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	(8.938)
Dividendos pagos	13	(31.487)	(14.980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(31.487)</u>	<u>(23.918)</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(867)</u>	<u>161</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.066	905
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>199</u>	<u>1.066</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(867)</u>	<u>161</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Areia Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP - Termoeletrica Potiguar S.A. (“TEP”), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis, Estado do Tocantins, tendo por objeto social principal a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica (“PCH”) Areia, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução n.º 421, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como produtora independente de energia (“PIE”), implantar e explorar a PCH Areia (11,4 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A autorização foi estabelecida com prazo original de 30 anos, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, desde que previamente autorizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria da ANEEL.

A PCH Areia entrou em operação comercial em 25 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 24 de fevereiro de 2031, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

1.1 Mecanismo de Realocação de Energia

A Companhia fez opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do Proinfa, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do Proinfa os montantes relativos ao custo ou receita. A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

1.2 Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 24/02/2031.

Uma vez que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 com efeitos retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor (“GSF”) de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Areia Energia S.A. e o montante do prêmio foi atualizado. A Eletrobras tem o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, o que começou a ser efetuado apenas em 2019.

A Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, homologou o cálculo da CCEE relacionado aos eventos de GSF de 2013 e 2014 que deveriam ser compensados aos agentes por meio de extensão de prazo de outorga, o que foi aceito pela Companhia em outubro de 2021 com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL.

Apesar de a ANEEL ter homologado o valor calculado pela CCEE (R\$ 4.152), a Companhia apontou para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 ainda em fevereiro. O Pedido de Reconsideração da Companhia foi reconhecido pela ANEEL pelo Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. Entretanto, por razões de erros identificados em processos de outros agentes, até hoje não foi divulgado o novo prazo de extensão de outorga (necessariamente maior que os 768 dias originais), nem foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga da PCH Areia.

Desta maneira, a Companhia reconheceu em 2021 um ativo intangível constituído pelo recálculo da repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% ao ano até 25/02/2041 (6,93%, em 2021). Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021). Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2021 na data-base 31 de dezembro de 2022 é positivo de R\$42 (R\$2.214 negativo em 2021). As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. A Companhia acompanha tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2022, foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.124 (R\$1.031 em 2021) referente à provisão de receita do MRE de 2022, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

1.3 Continuidade Operacional

Em 8 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a Resolução Autorizativa n.º 11.131/2022 (publicada em 23/02/2022), que estabelece nova vigência da autorização da Companhia até 25/02/2041.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

A administração acredita que o cumprimento de suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia com base nas projeções financeiras e demais ações previstas no seu plano de negócios, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos.

Dessa forma, a Administração tem uma expectativa concreta e fundamentada de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que não há riscos de descontinuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização da emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão e divulgação destas demonstrações financeiras em 08 de março de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo órgão aplicável, por exemplo, Conselhos Estadual e Federal de Contabilidade.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e/ou períodos apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros eram mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar através de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada pelas taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 8.

Com o estabelecimento da nova vigência no prazo da autorização regulatória como produtor de energia, a Companhia estendeu a limitação de prazo na vida útil econômica dos ativos da PCH – Pequena Central Hidrelétrica, e o cálculo das taxas médias adotadas na determinação das quotas anuais de depreciação foram revisadas, a partir do exercício de 2022.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não

financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente em impostos correntes.

Nos anos de 2022 e 2021, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, sendo resultado da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, possui os volumes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

A Companhia possui uma receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que a Companhia participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pela Companhia por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não

vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.	
CPC 27	IAS 16	- Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	01/01/2022
CPC 15 (R1)	IFRS 3	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 37 (R1)	IFRS 1	- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	
CPC 48	IFRS 9		
CPC 29	IAS 41		

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 11	IFRS 4	- Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	- Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	- Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem vigência imediata.
CPC 23	IFRS 3	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	
CPC 26 (R1)	IAS 1		
CPC 40 (R1)	IAS 8		
CPC 49	IFRS 7		
CPC 21 (R1)	IAS 26		
CPC 37 (R1)	IAS 12		

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Aplicações financeiras de alta liquidez	199	1.066

Referem-se a aplicações financeiras classificadas em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizada, com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características a alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 104,03% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (113,86% do CDI em 2021).

5 Contas a receber

	2022	2021
Valores a vencer	5.434	3.726

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia tem no Proinfa, com prazo de vencimento inferior a 60 dias. Não há títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis e sem histórico de perdas.

6 Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS sobre faturamento	199	280
COFINS sobre faturamento	918	1.296
Total	1.117	1.576
Circulante	1.117	1.001
Não circulante	-	575
Total	1.117	1.576

A Companhia utiliza mensalmente as compensações via perdcomp (programa da RFB – Receita Federal do Brasil para pedidos de restituição e/ou compensação) tributárias reduzindo anualmente o saldo de impostos a recuperar.

7 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos incidentes	2022 <u>Ativo</u>	2021 <u>Ativo</u>
<u>Outras contas a receber</u>			
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	200	419
Total		<u>200</u>	<u>419</u>
Circulante		200	219
Não circulante		-	200
Total		<u><u>200</u></u>	<u><u>419</u></u>

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações S.A. (“CMP”).

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

As outras contas a receber da Companhia Energética Potiguar referem-se à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social para utilização no PERT – Parcelamento Especial de Regularização Tributária, por parte da controlada indireta da CMP, que está sendo pago mensalmente em parcelas iguais e consecutivas de R\$ 18, com vencimento para 14/11/2023. Ver nota explicativa n.º 10 para mais informações.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração são fixados em Assembleia Geral de Acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da Diretoria Executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2022 foram pagos R\$576, sendo R\$444 de remuneração fixa e R\$132 de remuneração variável (R\$396 em 2021, sendo R\$ 300 de remuneração fixa e R\$ 96 de remuneração variável) referentes à remuneração da Administração e R\$26 referentes aos benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

8 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual	4,19% (*)	4,41% (*)	10%	4,31% (*)	4,26% (*)	20%	-	20%	-	
<u>Custo de aquisição</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	573	17.265	38	45.260	43.923	22	13	65	-	107.159
Adições	-	4	-	-	-	20	-	-	-	24
Transferências	-	-	-	13	-	-	(13)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	573	17.269	38	45.273	43.923	42	-	65	-	107.183
Adições	-	-	1	8	-	109	-	-	30	148
Saldos em 31 de dezembro de 2022	573	17.269	39	45.281	43.923	151	-	65	30	107.331
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(259)	(7.505)	(38)	(19.935)	(19.525)	(10)	-	(40)	-	(47.312)
Adições	(24)	(762)	-	(1.954)	(1.872)	(4)	-	(13)	-	(4.629)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(283)	(8.267)	(38)	(21.889)	(21.397)	(14)	-	(53)	-	(51.941)
Adições	(15)	(458)	-	(1.195)	(1.154)	(14)	-	-	(1)	(2.837)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(298)	(8.725)	(38)	(23.084)	(22.551)	(28)	-	(53)	(1)	(54.778)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	275	8.544	1	22.197	21.372	123	-	12	29	52.553
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	290	9.002	-	23.384	22.526	28	-	12	-	55.242

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso, e estão apresentados pela taxa média utilizada. As taxas médias anuais de depreciação, em razão da nova vigência no prazo da autorização regulatória até 25/02/2041, foram revisadas para o exercício de 2022, reduzindo o valor da quota anual em relação a 2021.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

9 Intangível

	Taxas anuais	2022		2021	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	16	(14)	2	2
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(13)	13	13
Direito das autorizações	5,41%	4.152	(299)	3.853	4.066
Total		4.194	(326)	3.868	4.081
Saldo em 31 de dezembro de 2020		16			
Adições		4.152			
Amortização		(87)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.081			
Amortização		(213)			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.868			

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 5,41% ao ano (6,93%, em 2021), de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 25/02/2041. Ver nota explicativa n.º1 para mais informações.

10 Outras contas a receber

	2022	2021
Despesas antecipadas	101	83
Créditos tributários PERT (a)	200	419
MRE - Mecanismo de realocação de energia (b)	49	2.194
Outras contas a receber	1	6
Total	351	2.702
Circulante	351	2.502
Não circulante	-	200
Total	351	2.702

- (a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária. Ver nota explicativa n.º 7 para mais informações.
- (b) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Em 2022, o resultado positivo da repactuação do risco hidrológico foi superior à exposição da Companhia ao Mercado de Curto Prazo – MCP. Os valores são liquidados no ano seguinte, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IGP-M.

11 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Engenharia São Patrício	1.258	39
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	44	1.347
Outros fornecedores	107	77
Total	<u>1.409</u>	<u>1.463</u>
Circulante	1.409	1.408
Não circulante	-	55
Total	<u>1.409</u>	<u>1.463</u>

- (a) A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 24/02/2041.

12 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$39.954, representado por 39.954.240 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	27.744.224	69,44
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	11.986.272	30,00
Maria das Graças B. N. Fernandes	223.744	0,56
Total	<u>39.954.240</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma reserva legal de R\$1.291 (R\$1.293 em 2021).

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração destinou o saldo do lucro do exercício após deduções da reserva legal e dividendo mínimos obrigatórios, para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$13.519 (R\$18.418 em 2021).

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	25.810	25.851
Reserva legal	(1.291)	(1.293)
Base para dividendos	<u>24.519</u>	<u>24.558</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.130	6.140
Dividendos intermediários 2022 destinado	<u>(11.000)</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios constituído	<u>-</u>	<u>6.140</u>
Por lote de mil ações	-	0,15

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	25.810	25.851
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>39.954</u>	<u>39.954</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,646</u>	<u>0,647</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas, conforme determinado em seu Estatuto, o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 17 de março de 2021, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$12.523, sendo R\$3.131 como dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e R\$9.392 como dividendos adicionais (R\$0,20 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2021 e 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 25 de março de 2022, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$24.558, sendo R\$6.140 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$18.418 como dividendos adicionais (R\$0,61 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 10 de novembro de 2022, a Administração aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição de R\$11.000 como dividendos intermediários relativos ao primeiro semestre de 2022, a serem distribuídos conforme disponibilidade de caixa.

Dividendos propostos referente a 2020	9.392
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	6.140
Dividendos pagos	<u>(14.980)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	6.734
Dividendos propostos referente a 2021	18.418
Dividendos Intermediários 2022	11.000
Dividendos pagos	<u>(31.487)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	<u><u>4.665</u></u>

13 Riscos contingenciais

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas e classifica a ação como perda remota.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

Depósito judicial

Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos ao processo supracitado no montante de R\$224. Possibilidade de perda remota.

14 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de venda de energia	35.263	31.629
Deduções de venda		
PIS	(258)	(181)
COFINS	<u>(1.190)</u>	<u>(835)</u>
Total	<u><u>33.815</u></u>	<u><u>30.613</u></u>

15 Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Custos e despesas com pessoal e administradores	(733)	(668)
Depreciação e amortização	(3.051)	(4.759)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(353)	(343)
Custos com manutenção e operação	(1.911)	(1.674)
Repactuação do risco hidrológico (a)	-	4.152
Custos e despesas com seguros	(213)	(190)
Despesas com viagens e comunicações	(98)	(71)
Serviços de terceiros	(235)	(212)
Assessoria e consultoria	(458)	(423)
Tributos	(1)	482
Outras despesas (receitas)	(64)	(39)
Total	(7.117)	(3.745)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(5.299)	(2.668)
Despesas gerais e administrativas	(1.822)	(1.077)
Outras receitas operacionais, líquidas	4	-
Total	(7.117)	(3.745)

a) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória n.º 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

16 Resultado financeiro

	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	177	25
Atualização Saldo de Lucros Inflacionários	26	-
Outras receitas financeiras, líquidas	202	275
Subtotal	405	300
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(134)
Amortização de custo de captação	-	(186)
Outras despesas financeiras, líquidas	(31)	(2)
Subtotal	(31)	(322)
Total	374	(22)

17 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2022 e de 2021, estão demonstradas a seguir:

	Alíquota efetiva	2022	Alíquota efetiva	2021
Receita de venda de energia		35.263		31.629
Receita de recontabilização CCEE		2.328		361
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE		(42)		(2.232)
Faturamento - lucro presumido		37.549		29.758
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ (8%)		3.004		2.381
Receita financeira (100%)		379		300
Subtotal IRPJ		3.383		2.681
Imposto de renda à taxa nominal (15%)		(504)		(402)
adicional Imposto de renda à taxa nominal (10%)		(319)		(245)
Imposto de renda à taxa efetiva	2,19%	(823)	2,17%	(647)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL (12%)		4.506		3.571
Receita financeira (100%)		379		300
Subtotal CSLL		4.885		3.871
Contribuição social à taxa nominal (9%)		(439)		(348)
Contribuição social à taxa efetiva	1,17%	(439)	1,17%	(348)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	3,36%	(1.262)	3,34%	(995)

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma

aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil 2022			
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	199	-	199	Nível II
Contas a receber	5.434	-	5.434	-
Outras contas a receber	301	49	350	-
Total	5.934	49	5.983	

	Valor contábil 2022			
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	1.409	-	1.409	-
Dividendos à pagar	4.665	-	4.665	-
Total	6.074	-	6.074	

	Valor contábil 2021			
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.066	-	1.066	Nível II
Contas a receber	3.726	-	3.726	-
Outras contas a receber	502	2.194	2.696	-
Total	5.294	2.194	7.488	

	Valor contábil 2021			
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	1.408	-	1.408	-
Dividendos à pagar	6.734	-	6.734	-
Total	8.142	-	8.142	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de

gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente Eletrobras, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de *rating*.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60)

dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
				12 meses	24 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	1.409	1.485	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	4.665	4.918	-
Total			6.074	6.403	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A administração julga que qualquer variação nas taxas de juros não causaria impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável	Possível	Remoto		Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III		I	II	III	
		(*)	25%	50%			25%	50%	
Ativo - Aplicações financeiras									
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	48	54	53	51	
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	151	171	166	161	
	Total aplicações financeiras				199	225	219	212	
	Total líquido				199	225	219	212	
* Fonte: Banco Santander					Efeito no resultado do exercício	-	26	20	13

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a três acionistas, representados por duas pessoas jurídicas e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Política de preços (ambiente regulatório)

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito

do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e do órgão regulador ANEEL.

Quanto à escassez de chuva

A Companhia gera energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, a Companhia repactuou o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia entende não haver riscos associados em 2022 em função do saldo ser positivo.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

19 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$ 2.019, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor anual de R\$324, com vigência até 26 de dezembro de 2031;
- Operação e manutenção das usinas no valor anual de R\$1.310, com vigência até 31 de dezembro de 2034;
- Assessoria e gestão no valor anual de R\$385, com vigência indeterminada.

20 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir estão relacionadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.959;
- Saldo de dividendos a pagar de 2022 no montante de R\$6.525.

Exercício de 2021

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$1.845;
- Aumento no direito de autorização - GSF no montante de R\$4.152 (Ver NE n.º 1);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$6.140.